

CAMPUS PATOS, DO IFPB, PROMOVE CAPACITAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA PROFISSIONAIS DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

Ana Maria Zulema Pinto Cabral da Nóbrega

Uma parceria entre IFPB – *Campus* Patos e a Prefeitura Municipal da referida cidade, através da Coordenação de Saúde Mental, promoverá a formação continuada em Língua Brasileira de Sinais (Libras), para os profissionais dos CAPS. A pactuação foi firmada na tarde da terça-feira, dia 08 de junho de 2016, durante uma reunião na qual teve a participação da Coordenadora de Extensão do IFPB e professora de Libras, Ana Maria Zulema Pinto Cabral da Nóbrega, o coordenador de Saúde Mental, Diego Andrade, a coordenadora do CAPS Infantil, Josilene Araújo, e a coordenadora do CAPS Adulto, Mariana Pimentel (Fotos 01 e 02).



Foto1 – Reunião terça-feira, dia 08 de junho de 2016. Fonte: José Hélio Almeida Barbosa

Segundo informou a professora Ana Zulema, essa é a primeira ação do Núcleo de extensão da Rede Rizoma do IFPB: Possibilita - inovação, tecnologia e educação. O Núcleo tem como objetivo desenvolver ações de

extensão, pesquisa e ensino nas áreas de tecnologia e educação pautadas na inovação. A professora informa ainda que O IFPB – *Campus* Patos, disponibilizará 21 vagas para um curso de formação inicial e continuada, voltado para os profissionais que atendem pessoas surdas do CAPS “O mundo é plural e a busca de uma sociedade inclusiva requer ações que quebrem, rompam com as diversas barreiras. O Curso de Libras tem esse objetivo: favorecer a acessibilidade linguística entre profissionais dos CAPS e os surdos assistidos por eles. Os surdos têm uma língua, a língua de sinais, que no Brasil chamamos de Libras. É imprescindível que os próprios surdos tenham acesso a essa língua, bem como os profissionais que lhes prestam assistência”, explicou a professora.

Diego Andrade, coordenador da rede de assistência à Saúde Mental em Patos, ressaltou que a parceria servirá para melhorar a assistência aos usuários dos CAPS, bem como capacitar ainda mais os profissionais dos serviços. A ideia é que posteriormente a capacitação seja estendida aos usuários que possuem surdez, bem como aos seus familiares. A importância da ampliação do curso para os surdos e seus

familiares é acentuada diante da realidade vivenciada pela maioria dos surdos, filhos de pais ouvintes que não conhecem a Libras e acabam se comunicando por uma linguagem pautada em gestos, sinais caseiros, que não consegue cumprir a função linguística e social abarcada pela língua.

1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS E A REALIDADE DO COTIDIANO DAS INSTITUIÇÕES



Foto1 – Reunião terça-feira, dia 08 de junho de 2016. Fonte: José Hélio Almeida Barbosa

Incluir a pessoa com surdez não é uma tarefa simples, pois requer, no mínimo, que os profissionais que atuam com esses sujeitos conheçam a língua natural dos surdos, língua de sinais, no nosso caso, a Libras – Língua Brasileira de Sinais. A falta de profissionais com conhecimento de Libras é um dos problemas mais sérios e comuns nas instituições educacionais brasileiras. Existe a proposta de uma educação Inclusiva, r e f e r e n d a d a em diferentes documentos nacionais e internacionais.

O Capítulo IV do Decreto 5.626/05 regulamenta a Lei da Libras e trata do uso e da difusão da Libras como meio de assegurar os direitos do surdo. No Art. 14 § 1º determina que:

para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem: I - promover cursos de formação de professores para: a) o ensino e uso da libras; [...] V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos (BRASIL, 2005).

No entanto, tais garantias ainda não estão materializadas no cotidiano das instituições que atendem as pessoas com surdez. (NÓBREGA; CABRAL, 2011).

Tais constatações nos remete à seguinte indagação: se os profissionais que atendem aos surdos não conhecem Libras, como se dá a interação, o processo ensino-aprendizagem entre o profissional e o surdo? Se as pessoas envolvidas na interação, surdo e profissional, não compartilham uma língua, a eficácia da ação educativa e/ou social provavelmente ficará comprometida.

Como afirma Bakhtin (2006, p. 117).

A verdadeira substância da língua não é constituída por um

sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A *interação verbal* constitui assim a realidade fundamental da língua.

A língua só cumpre sua função se houver interação no sentido pleno da palavra. Não basta a produção do signo, é imprescindível que os interlocutores compartilhem o significado da enunciação, ou seja, a língua. E o que acontece com os surdos “assistidos” por profissionais que não conhecem a Libras? Para Bakhtin (2006, p. 33), “o signo só pode aparecer no terreno interindividual”. Assim, não haveria manifestação linguística entre sujeitos sem que haja encontros; não pode, com efeito, existir língua, no pensar bakhtiniano, sem interação, trocas, condição primeira e crucial para que, efetivamente, a interação aconteça. Caso contrário, o(s) indivíduo(s) ficariam impossibilitados de acessarem seus “mundos”, pois, como afirma Souza (1998), conhecemos o mundo na medida em que lhe atribuímos um lugar discursivo, quer dizer, em que somos afetados pela língua

Assim entendemos que ao promover a capacitação em Libras para os profissionais dos CAPS, O Núcleo de extensão “Possibilita: inovação, tecnologia e educação” do IFPB – *Campus Patos*, contribuirá com a efetivação da

difusão da Libras prevista no Decreto 5.626/05. Ademais, tal ação trará importante contribuição social aos usuários surdos que frequentam o CAPS da referida cidade uma vez que os profissionais que irão assisti-los não só aprenderão a Libras, como segunda língua, favorecendo a comunicação entre profissionais e usuários surdos, mas terão um novo olhar para a pessoa com surdez. Um olhar, não na perspectiva da falta, da deficiência, mas da diferença.

2 CONCLUSÕES

O contexto da ação extensionista possibilitará o desenvolvimento de processos educacionais inovadores que irão garantir a sensibilização e comprometimento social de todos os envolvidos: servidores e estudantes do *Campus Patos*, integrantes do referido Núcleo, profissionais dos CAPS, seus educandos, familiares e comunidade.

Para o surdo a língua de sinais não significa só entender e se fazer entendido, mas significa a possibilidade de ser protagonista de sua história, vivenciar, construir e se constituir na sua cultura, a cultura surda. Desta forma, a língua é um bem social a partir do qual são constituídas nossa identidade e cultura e isso depende predominantemente dos contextos sociais que promovam na convivência relações e

interações entre sujeitos.

REFERÊNCIAS:

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. HUCITEC, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Brasília; DF: MEC, SEESP, 2005.

NOBREGA, Marcelo Vieira; CABRAL, Ana Maria Zulema Pinto. As políticas públicas de efetivação e inclusão do surdo nas escolas regulares do EF e EM: as contradições entre a legalidade e realidade. In: CONGRESSO JURÍDICO DO CENTRO DE HUMANIDADES, 2., 2011, Guarabira - PB. **Anais...** Campina Grande - PB: Realize eventos científicos e editora LTDA, 2011. v.1. p. 309-321.

SOUZA, Regina Maria de. **Que palavra que te falta?** Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.